

A saúde para o Brasil que queremos

O Brasil está enfrentando uma das maiores crises econômica e política de sua história. Recessão, desemprego, vulnerabilidade e subordinação a interesses externos, redução dos recursos para as políticas sociais, particularmente saúde e educação que vem sofrendo cortes repetidos, além da redução do financiamento da previdência. O país precisa e o povo brasileiro clama por mudanças profundas no modelo econômico, político e social. Temos um forte acirramento das propostas conservadoras e ao mesmo tempo um imenso e variado movimento social de luta em defesa de seus ideais por uma sociedade mais justa e democrática para nós e para as gerações futuras. O momento é de resistência e organização da luta.

A mudança política ora em curso no Brasil é de natureza conservadora, visa aumentar a subordinação do país aos interesses do grande capital estrangeiro e transferir para os trabalhadores a conta da crise, reduzindo os direitos trabalhistas e sociais. Se entrar em vigor essa proposta aprofundará a crise, comprometerá o futuro ameaçando o meio ambiente, a qualidade de vida da população e o nosso patrimônio cultural e intelectual. É fundamental resistir e unir a sociedade brasileira em torno de propostas que tirem o país da crise e não que a aprofunde.

As mudanças econômicas que o Brasil precisa devem ser capazes de gerar mais e melhores empregos, recuperar a capacidade de investimento do Estado para assegurar serviços públicos de qualidade nas áreas sociais, transporte e moradia, que melhorem a vida da grande maioria da população. O sistema político precisa ser profundamente alterado para termos menos e melhores partidos políticos, melhor representação de todas as regiões e setores da sociedade nas decisões que afetam suas vidas.

O CEBES surgiu nos anos 1970 na luta pela redemocratização do país, dando uma importante contribuição na conquista do direito à saúde de todos os brasileiros, assegurada na Constituição Federal de 1988. Tal como naquela época a crise de hoje abre uma grande oportunidade para que a sociedade brasileira discuta e construa um pacto social que amplie os direitos e assegure melhor qualidade de vida. O CEBES se soma a todas as forças que lutam em defesa da democracia e de um novo modelo econômico e político para o país e, com base em sua experiência de quarenta anos de lutas, apresenta suas contribuições para aquele pacto no campo da saúde:

1. Organizar regiões de saúde em todo o país que assegurem a oferta de serviços integrados de Saúde da Família, ambulatórios de especializados e hospitais em cada região e para a população de forma acessível ao seu local de residência;
2. Acabar com a organização de redes paralelas e verticais, integrando as linhas de cuidado às redes regionais de saúde;
3. Reconhecer que a municipalização do SUS não é capaz de assegurar uma oferta equânime e adequada de serviços de saúde e promover a reorganização do sistema em regiões de saúde;
4. Concentrar a gestão e organização do SUS, com participação da União, estados e municípios no planejamento e financiamento conjunto do Sistema;

5. Criar autoridades sanitárias regionais de saúde do SUS vinculadas à União, que sejam responsáveis pela gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros em cada região de saúde;
6. Organizar conselhos deliberativos para cada região de saúde, com a participação das três esferas de governo, dos usuários e trabalhadores de saúde;
7. Estabelecer identidade visual e nomenclatura comum em todos os estabelecimentos do SUS no país que permita a população facilmente identificar o tipo de serviço oferecido;
8. Criar carreiras públicas e de dedicação exclusiva para as profissões de saúde, válidas em todo o território nacional;
9. Flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal para a contratação de trabalhadores da saúde, que é uma atividade peculiar por precisa de um grande número de trabalhadores;
10. Investir no quadro de servidores públicos da saúde para por fim à contratação de Organizações Sociais na gestão e assistência à saúde;
11. Repudiar a proposta enganosa de Cobertura Universal de Saúde que visa fortalecer o seguro privado de saúde e oferecer pacote mínimo de serviços para a população pobre;
12. Denunciar como uma forma de estelionato os planos privados de saúde porque não asseguram cobertura na velhice, quando os trabalhadores mais precisam;
13. Mostrar para os trabalhadores que somente um sistema público de saúde garantido pelo direito de cidadania pode garantir a cobertura de saúde em todas as fases da vida e para todos os brasileiros;
14. Investir 10% da Receita Corrente Bruta da União na saúde pública, ou 19,4% da Receita Corrente Líquida, tal qual proposto a PEC 01/2015;
15. Acabar com a Desoneração das Receitas da União (DRU) e impedir a extensão das desonerações para os estados e municípios (DRE e DRM) propostas na PEC 143/2015;
16. Regular os planos privados de saúde para submeter o interesse privado ao interesse público;
17. Acabar com os subsídios fiscais aos prestadores e planos privados de saúde de caráter lucrativo;
18. Aplicar os recursos decorrentes do fim dos subsídios ao setor privado de saúde em ações e serviços públicos de saúde;
19. Taxar as grandes fortunas para aplicar os recursos nos serviços públicos de saúde;
20. Barrar a PEC 451/2014, de Eduardo Cunha, que pretende tornar obrigatório que os empregadores contratem planos privados para seus trabalhadores.

Documento preparado em 10/05/2016 por Paulo Henrique e Isabela visando o Seminário organizado pelos Núcleos do Cebes Rio e Petrópolis a se realizar em 17 de maio de 2016. Versão preliminar, para debate interno no Cebes.